



MOÇÃO

Pela Remunicipalização da Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos

Os deputados europeus aprovaram em Setembro deste ano, na reunião plenária de Estrasburgo, o Relatório sobre o seguimento da Iniciativa de Cidadania Europeia “Right2Water” (direito à água), da autoria da deputada irlandesa Lynn Boylan do Sinn Féin, que recolheu 1.884.790 assinaturas, oriundas de todos os Estados-Membros.

Os subscritores exigiam que as instituições europeias e os Estados-Membros fossem obrigados a assegurar que todos os habitantes gozem do direito à água e ao saneamento; que o abastecimento de água e a gestão dos recursos hídricos não fossem sujeitos a “regras do mercado interno” e que os serviços hídricos fossem excluídos da liberalização; bem como uma intensificação de esforços da UE para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento.

Sob o mote: “***A água e o saneamento são um direito humano! A água não é um bem comercial, mas um bem público!***”, o relatório foi votado favoravelmente, derrotando as pretensões do PPE, que afirmava estar o mesmo em contradição com os programas de privatização impostos a alguns Estados-Membros pela Troika”, mas todas elas foram chumbadas e o Relatório aprovado.

Já em 2010, a Assembleia Geral da ONU declarava que “***o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais***” ao aprovar uma resolução na sede das Nações Unidas em Nova York. A resolução recebeu 122 votos a favor, nenhum contra e 41 países abstiveram-se.

Tomando por base estas deliberações internacionais e porque consideramos que a água nunca pode ser um produto a mercantilizar, o BE, como sempre disse e dirá, apoia absolutamente o propósito de remunicipalizar a concessão e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento em Barcelos.



Nesse sentido congratulamo-nos com a possibilidade de terminar com o ruinoso negócio da concessão outorgado em 2004 pelo executivo municipal à época. Sempre apelidamos este desvario político como crime de gestão danosa do serviço público. Barcelos pode-se tornar no exemplo pedagógico nacional, estimulante para outros concelhos com procedimentos de privatização similar.

No entanto, o que hoje discutiremos e votaremos no ponto 3 da OT desta sessão plenária da AM é o *acordo de princípio* para o resgate nos termos em que foi aprovado em reunião extraordinária do executivo camarário, no passado dia 2 de novembro.

É exatamente a ata que reporta o teor do acordo entre o Município de Barcelos e os acionistas da empresa *AdB – Águas de Barcelos, SA*, que nos suscita muitas dúvidas de interpretação, tanto de conteúdo quanto de objetivos, e que pretendemos ver esclarecidas para melhor aferir do mérito da opção pelo resgate e pelos precisos termos em que foi acordado.

1. Assim, há que ter em linha de conta que os termos do acordo de princípio não são claros quanto a alguns aspetos relevantes, a saber:
 - a) Qual o montante, condições e prazo do contrato de financiamento SWAP que será transmitido para o concedente?
 - b) Qual o montante dos valores em dívida do concessionário ao concedente?
 - c) A compensação das dívidas da concessionária ao concedente é feita nos valores a pagar pelo concedente a título de indemnização por danos emergentes e lucros cessantes no montante de € 87 000 000, sendo deduzidos dos mesmos?
2. Atendendo à incapacidade do Município de Barcelos em proceder ao pagamento imediato dos valores acordados sem recurso ao crédito bancário, importa perceber ainda do impacto da operação quanto às limitações de endividamento que impendem sobre o Município e quanto ao futuro dos trabalhadores.



- a) A Câmara Municipal está em condições de garantir que o empréstimo a contrair para responder financeiramente ao acordado, está dentro dos limites de endividamento do município sem ter de aderir ao Fundo de Apoio Municipal (FAM)?
- b) A Câmara Municipal está em condições de garantir que o futuro dos trabalhadores não passará por despedimentos e consequente desemprego?

O BE considera que uma resposta clara e rigorosa a estas questões, é condição primordial para compreender se o acordo de princípio, tal como está elaborado, será um acordo justo e equilibrado. Sem esta informação, a nosso ver, nada se pode concluir, com certeza, quanto às consequências financeiras para o município, para os trabalhadores e para todo(a)s os/as barcelenses.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Barcelos reunida em sessão ordinária no dia 13 de novembro de 2015, delibera:

1. Apoiar o processo de remunicipalização da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos
2. Requerer à Câmara Municipal a garantia de que as famílias barcelenses, grandes sofredoras de todo o imbróglio da concessão, não sejam, mais uma vez, oneradas com custos acrescidos resultantes de hipotéticos aumentos de tarifário ou de aumento de taxas e impostos autárquicos
3. Reivindicar a garantia de que o acordo para o resgate aprovado pelo executivo camarário, não coloca a Câmara Municipal em situação de adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM – artigo 61.º da Lei nº73.º/2013, de 3 de setembro), com todas as consequências financeiras e fiscais que tal implica.

Barcelos, 13 de novembro de 2015

O Deputado Municipal do BE

José Ilídio Torres